



4º SIMULADO

1ª FASE

**38º EXAME
DE ORDEM**





IV. Simulado OAB

Prova Objetiva

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª Fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Caso você deseje comparar o seu resultado com os demais alunos, faça o simulado diretamente no SQAAB, neste link: bit.ly/IVSimuladoOAB-ExameXXXVIII
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXVIII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

Código de Ética e Estatuto da OAB

Priscila Ferreira

Questão 01.

Os advogados Pedro e Raul desejam constituir sociedade para prestação de serviços de advocacia e ingressar no mercado profissional. Depois de constituída a sociedade, Pedro e Raul deverão observar que:

- A) Podem incluir como sócio ou titular de sociedade, pessoas que realizem atividades estranhas à advocacia que não são inscritas como advogado ou totalmente proibida de advogar.
- B) Se o advogado que constitui a sociedade for impedido ou incompatível em caráter temporário, isto o excluirá da sociedade de advogados à qual pertença, pois não será advogado.
- C) Os advogados integrantes da sociedade não poderão representar em juízo clientes de interesses opostos.
- D) Sociedades serão admitidas a registro quando adotar denominação fantasia.

Questão 02.

Karolina decide constituir sociedade com Thais, finalizaram todos os detalhes, bem como alugaram ponto físico. Mas, para fazer os materiais de escritório precisariam escolher a razão social da sociedade. Nesse ponto, entraram em discordância com vários nomes. Em relação ao caso acima, com base nas normas estatutárias, é correto afirmar que

- A) A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade.
- B) Caso o advogado que tem o nome na razão social venha a falecer, o nome não pode permanecer do sócio falecido, mesmo que esteja prevista tal possibilidade no ato constitutivo.
- C) Os sócios podem escolher livremente a razão social.
- D) Mesmo que Thais não seja inscrita como advogada poderá constituir sociedade com Karolina que é inscrita como advogada.

Questão 03.

Pedro e Mateus constituem uma sociedade de advogados e prestam atividades de consultoria jurídica, bem como serviços de posicionamento estratégico, de imagem, marketing e contabilidade para pequenos empreendedores, inclusive com a elaboração de materiais gráficos. Considerando as atividades exercidas pela sociedade hipotética, assinale a afirmativa correta:

- A) A sociedade de Pedro e Mateus deve ter seus atos constitutivos registrados apenas na Junta Comercial e em qualquer Conselho Seccional da OAB.
- B) A sociedade de Pedro e Mateus deve ter seus atos constitutivos registrados apenas no Conselho Seccional da OAB.
- C) Os atos constitutivos da sociedade de Pedro e Mateus devem ser registrados na Junta comercial e no Conselho da OAB em cuja base territorial tem sede.
- D) Não é possível o registro dos atos constitutivos da sociedade de Pedro e Mateus nos Conselhos Seccionais da OAB e na Junta Comercial.

Questão 04.

A advogada Gabriela regularmente inscrita na OAB, tornou-se moralmente inidônea para o exercício da advocacia e, respondeu a processo disciplinar, tendo sofrido, como consequência, a exclusão da Ordem.

Considerando a situação hipotética apresentada e o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

- A) Para a aplicação da sanção disciplinar de exclusão, é necessária a manifestação favorável de metade dos membros do Conselho Seccional competente.
- B) Serão considerados inexistentes os atos privativos de advogado praticados por Gabriela após a exclusão, dado o impedimento do exercício do mandato em razão da sanção disciplinar aplicada.
- C) A penalidade de exclusão somente poderia ter sido aplicada caso Gabriela tivesse praticado crime infamante.
- D) Para a aplicação da sanção disciplinar de exclusão, é necessária a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

Questão 05.

Plínio, advogado com inscrição regular, passou a exercer o cargo de Delegado. Por força disso, teve sua inscrição cancelada. Após sua aposentadoria no cargo requereu o seu retorno aos quadros da OAB. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta.

a) Na hipótese de novo pedido de inscrição, que não restaura o número de inscrição anterior, deve o interessado fazer prova dos seguintes requisitos: capacidade civil; não exercer atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral; e prestar compromisso perante o Conselho.

b) Na hipótese de novo pedido de inscrição, que restaura o número de inscrição anterior, deve o interessado fazer prova dos seguintes requisitos: capacidade civil; não exercer atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral. Não precisa prestar novo compromisso perante o Conselho.

c) Na hipótese de novo pedido de inscrição, que não restaura o número de inscrição anterior, deve o interessado fazer prova dos seguintes requisitos: capacidade civil; não exercer atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral. Não precisa prestar compromisso perante o Conselho.

d) Na hipótese de novo pedido de inscrição, que restaura o número de inscrição anterior, deve o interessado fazer prova dos seguintes requisitos: capacidade civil; não exercer atividade incompatível com a advocacia; idoneidade moral; e prestar compromisso perante o Conselho.

Questão 06.

Eduarda, advogada, após cinco anos de exercício da advocacia, passou a apresentar um comportamento agressivo, causando estranhamento dos amigos e familiares. Após um quadro agressivo grave, a família a encaminhou para um hospital. Após a avaliação médica, ela foi diagnosticada com uma doença mental. De acordo com a equipe médica, a doença é curável. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB.

A) O caso de Eduarda incide em licença do exercício profissional, refere-se ao afastamento temporário em que o advogado fica isento do pagamento da anuidade.

B) O caso de Eduarda incide em cancelamento da inscrição profissional, refere-se ao afastamento definitivo em que o advogado fica isento do pagamento da anuidade.

C) O caso de Eduarda incide em impedimento para o exercício profissional, refere-se ao afastamento definitivo em que o advogado fica isento do pagamento da anuidade.

D) O caso de Eduarda incide em cancelamento da inscrição profissional, refere-se ao afastamento temporário em que o advogado fica isento do pagamento da anuidade.

Questão 07

Sofia é advogada de Benício em ação promovida por este em face de Thales, cuja advogada é a Maria. Ao deparar-se com Thales na primeira audiência, Sofia o reconhece. Após alguns meses, Sofia se reaproxima de Thales e estabelece entendimento sobre a causa diretamente com ele, com ciência de Maria, mas sem autorização de Benício. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

A) Sofia cometeu infração disciplinar punível com censura ao estabelecer entendimento com Thales, pelo fato de não haver autorização de Benício.

B) Sofia cometeu infração disciplinar punível com suspensão ao estabelecer entendimento com Thales, pelo fato de não haver autorização de Benício.

C) Sofia cometeu infração disciplinar punível com exclusão ao estabelecer entendimento com Thales, pelo fato de não haver autorização de Benício.

D) Sofia não cometeu infração disciplinar.

Questão 08.

As advogadas Hana e Andressa, todas em situação regular perante a OAB, desejam candidatar-se ao cargo de conselheiro de um Conselho Seccional da OAB.

Hana é advogada há dois anos e seis meses, sendo sócia de uma sociedade simples de prestação de serviços de advocacia e nunca foi condenada por infração disciplinar, já Andressa exerce a advocacia há três anos e um dia e constituiu sociedade unipessoal de advocacia, por meio da qual advoga atualmente, e já foi condenada pela



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

prática de infração disciplinar, tendo obtido reabilitação um ano e três meses após o cumprimento da sanção imposta.

Considerando as informações acima e o disposto na Lei nº 8.906/94, assinale a afirmativa correta.

- A) Apenas Andressa cumpre os requisitos para ser eleita para o cargo pretendido.
- B) Ambas cumprem os requisitos para serem eleitas para o cargo pretendido.
- C) Apenas Hana cumpre os requisitos para ser eleita ao cargo pretendido.
- D) Nenhuma das duas cumprem os requisitos para serem eleitas para o cargo pretendido.

Filosofia do Direito

Jean Vilbert

Questão 09.

Confira a tira abaixo (Calvin e Haroldo) e analise as assertivas, indicando a CORRETA.



- a) A busca da felicidade como modelo de vida é característica da filosofia estoicista e inspirou a teoria do imperativo categórico de Immanuel Kant.
- b) O terceiro quadrinho define bem a felicidade buscada pelos epicuristas e que serviu de base para a teoria utilitarista de Jeremy Bentham.
- c) O segundo quadrinho ilustra bem a busca da felicidade hedonista, modelo aproveitado por Platão para conceituar vida virtuosa.
- d) A busca da felicidade não impede que existam prazeres mais elevados e outros que são vis, sendo o homem capaz de diferenciá-los, conforme entendia defendido por John Stuart Mill.

Questão 10.

Imagine que você acorde e na porta da sua casa esteja pregado o seguinte aviso: “As propriedades privadas foram declaradas públicas pelo Decreto nº 01 do Governo Revolucionário. Em breve haverá decisão sobre qual membro da sociedade ocupará esta residência. Mantenha seus bens de uso diário prontos para retirada imediata em caso de necessidade de desocupação, hipótese em que outro imóvel lhe será indicado” .

Consoante as teorias jusfilosóficas, avalie as assertivas abaixo e assinale a CORRETA:

- a) Para os autores clássicos jusnaturalistas, o decreto é perfeitamente aplicável e deve ser respeitado, uma vez que a propriedade, diferente da vida e da liberdade, não é considerada direito supraestatal.
- b) Os autores juspositivistas não se importariam com o conteúdo do decreto, mas sim com a autoridade que o editou (se legítima) e com o arrimo do decreto em uma lei superior, caso em que deve ser cumprido independentemente de análise de justiça.
- c) Em um sistema pós-positivista, que dota o direito de cunho científico (próximo do modelo das ciências naturais), questões subjetivas são afastadas do âmbito jurídico, remanescendo o que for objetivo - o decreto (assim como as demais leis) será analisado como objeto exclusivo da ciência jurídica.
- d) Para o realismo jurídico, o decreto estabelece um direito em si, que já é plenamente exercível de pronto, sendo que a decisão judicial apenas declara o direito pré-existente.

Direito Constitucional

Diego Cerqueira

Questão 11.

Uma reforma na Constituição foi realizada e passou a ser inserido um novo direito social. A norma constitucional é classificada como de eficácia limitada, necessitando de complementação legislativa para produção de todos os seus efeitos. Marta, indignada com a demora na complementação e impossibilitada de usufruir do direito constitucionalmente garantido, consulta o advogado especialista em Direito Constitucional para ingressar



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

com a medida judicial subjetiva cabível. Para combater a mora legislativa, seria cabível:

- a) Mandado de Segurança.
- b) Habeas Corpus.
- c) Mandado de Injunção.
- d) Habeas Datas.

Questão 12.

Mateus, em bate-papo com o advogado César, afirmou que uma Constituição poderia ser classificada como semirrígida. No entanto, ele não havia compreendido muito bem o teor daquela afirmação. Visando sanar a dúvida de Mateus, o renomado advogado Constitucionalista afirma que a Constituição classificada como semirrígida:

- a) É aquela em que parte de seu texto pode ser modificado por um processo legislativo mais difícil, enquanto outra parte pode ser modificada por um processo semelhante ao das leis comuns.
- b) É aquela em que a modificação do seu texto ocorre por um procedimento mais dificultoso do que as demais leis comuns.
- c) É a que pode ter o seu texto modificado pelo procedimento legislativo ordinário.
- d) É aquela que o texto não é claro, nem objetivo.

Questão 13.

Determinado Presidente da República, encaminhou à Câmara dos Deputados um projeto de lei. A proposta foi aprovada com emenda parlamentar. Diante disso, o Presidente deixou de sancionar o projeto. Com base no sistema jurídico-constitucional vigente, é correto afirmar que:

- A) ao deixar de ser expressamente sancionado pelo Presidente da República, o projeto de lei será tacitamente sancionado decorridos 5 dias úteis.
- B) ao deixar de ser expressamente sancionado pelo Presidente da República, o projeto de lei será tacitamente sancionado decorridos 10 dias úteis.
- C) ao deixar de ser expressamente sancionado pelo Presidente da República, o projeto de lei será tacitamente sancionado decorridos 15 dias úteis.

D) havendo sanção tácita, descabe o ato de promulgação da lei pelo Chefe do Poder Executivo, devendo a lei ser promulgada pelo Presidente do Senado em 72 horas, sendo que se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice Presidente do Senado fazê-lo.

Questão 14.

Ricardo se recusou a participar do serviço militar obrigatório devido à convicção religiosa, por isso deverá, em contrapartida, realizar uma prestação alternativa fixada em lei. No entanto, ele se recusou a realizar a prestação alternativa. Analisando o caso acima, assinale a alternativa correta:

- A) Ricardo não pode se recusar a participar do referido serviço militar, sob pena de suspensão dos direitos políticos.
- B) Ricardo poderá se recusar a participar do referido serviço militar e se recusar a realizar prestação alternativa, não existem sanções para as condutas.
- C) Ricardo poderá se recusar a participar do referido serviço militar devido à convicção religiosa, mas caso se recuse a realizar a prestação alternativa poderá perder seus direitos políticos.
- D) Ricardo não poderá se recusar a participar do referido serviço militar devido à convicção religiosa, caso se recuse deve perder imediatamente seus direitos políticos.

Questão 15.

O partido político TPP - “TODOS PELO POVO” ajuizou ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal contra Lei Estadual nº XXX de 1980 que confronta preceito fundamental da Constituição da República. Com base no controle de constitucionalidade previstos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, é possível afirmar que:

- A) a ADI deverá ser julgada procedente, já que está atendido o requisito da “pertinência temática” .
- B) poderá ser julgada procedente, caso a inconstitucionalidade seja reconhecida pela maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal presentes na



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

sessão de julgamento, desde que essa conte com a presença de, ao menos, 6 Ministros.

C) a ADI poderá ser julgada procedente, desde que a inconstitucionalidade seja reconhecida por, pelo menos, 7 Ministros do Supremo Tribunal Federal.

D) a ADI somente se presta ao controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo editado na vigência da atual Constituição, logo, pode ser indeferida liminarmente, ou, ser conhecida como arguição de descumprimento de preceito fundamental, de acordo com o princípio da fungibilidade.

Questão 16.

Fátima foi a deputada mais votada nas eleições. Iniciou as atividades na Casa Legislativa, mas perdeu seus direitos políticos. Com base na situação apresentada e de acordo com o sistema jurídico-constitucional vigente, é correto afirmar que:

A) perderá o seu mandato automaticamente, mediante decisão constitutiva por 2/3 da Mesa da Câmara dos Deputados.

B) perderá o seu mandato, mediante decisão constitutiva da Mesa da Câmara dos Deputados, assegurando-se contraditório e ampla defesa.

C) perderá o seu mandato automaticamente, mediante decisão constitutiva por maioria absoluta da Mesa da Câmara dos Deputados, independentemente de que lhe seja assegurado contraditório e ampla defesa.

D) perderá o seu mandato, mediante decisão declaratória da Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Direitos Humanos

Ricardo Torques

Questão 17.

O sistema global de Direitos Humanos foi pensado para proteger as vítimas de violações ou ameaças de violações dos direitos humanos. Um grande grupo de pessoas está sofrendo agressões generalizadas em seu país de origem, e essas pessoas desejam vir para o Brasil. A respeito dos direitos dos refugiados, assinale a alternativa correta:

A) Cabe asilo.

B) Cabe asilo político.

C) Cabe refúgio.

D) Nada pode ser feito.

Questão 18.

Em uma cidade brasileira no Estado de Roraima, onde faz fronteira com a Venezuela, foi detectado um intenso movimento de entrada de Venezuelanos para trabalhar, residir e se estabelecer temporária ou definitivamente no Brasil. Após algum tempo, houve uma reação de moradores da cidade que começaram a hostilizar essas pessoas, exigindo que as autoridades brasileiras proibissem sua entrada e a regularização documental.

Você foi procurado(a), como advogado(a), por instituições humanitárias, para redigir um parecer jurídico sobre a situação. Nesse sentido, com base na Lei nº 13.445/17 (Lei da Migração), assinale a afirmativa correta.

A) A admissão de imigrantes por meio de entrada e regularização documental não caracteriza uma diretriz específica da política migratória brasileira, e sim um ato discricionário do chefe do Poder Executivo.

B) A promoção de entrada e a regularização documental de imigrantes são coisas distintas. A política migratória brasileira adota o princípio da regularização documental dos imigrantes, mas não dispõe sobre promoção de entrada regular de imigrantes.

C) A política migratória brasileira rege-se pelos princípios da promoção de entrada regular e de regularização documental, bem como da acolhida humanitária e da não criminalização da migração.

D) O imigrante, de acordo com a Lei da Migração, é a pessoa nacional de outro país que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

Direito Internacional

Vanessa Arns

Questão 19.

Rafael, brasileiro nato, mudou-se para os Estados Unidos e obteve o green card após cumprir os requisitos previstos na legislação americana. Posteriormente, Rafael foi nomeado para um cargo público e trocou a sua nacionalidade para a americana por vontade própria. De acordo com o artigo 12 da Constituição Federal do Brasil, qual é a situação da nacionalidade brasileira de Rafael?

- a) Rafael mantém sua nacionalidade brasileira, pois a Constituição brasileira não reconhece a perda de nacionalidade por naturalização em outro país.
- b) Rafael perde a nacionalidade brasileira automaticamente ao adquirir a nacionalidade americana.
- c) Rafael não perderá a nacionalidade brasileira, pois a perda de nacionalidade depende de um processo administrativo que considere a vontade da pessoa em perder a nacionalidade brasileira.
- d) Rafael poderá perder a nacionalidade brasileira, pois adquiriu outra nacionalidade.

Questão 20.

Com base no direito internacional, assinale a alternativa correta sobre o instituto do asilo político.

- A) O asilo político é um direito fundamental do indivíduo, reconhecido pela maioria dos tratados internacionais, e consiste no direito de uma pessoa buscar proteção em outro Estado quando perseguida em seu país de origem por motivos políticos.
- B) O asilo político é um direito exclusivo dos Estados soberanos, que podem concedê-lo ou negá-lo a seu critério, sem qualquer obrigação de seguir regras internacionais.
- C) O asilo político é um instituto obsoleto do direito internacional, pois os avanços na proteção dos direitos humanos tornaram desnecessária a busca por refúgio em outros países.
- D) O asilo político é uma prerrogativa exclusiva das organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que têm autoridade para

conceder proteção a indivíduos perseguidos por motivos políticos.

Direito Tributário

Rodrigo Martins

Questão 21.

Ricardo, médico, não pagou a anuidade devida ao CFM (Conselho Federal de Medicina), relativa ao ano de 2021, instituída por meio de lei. Diante desse inadimplemento a referida entidade inscreveu o débito em dívida ativa e promoveu o protesto da respectiva CDA (Certidão da Dívida Ativa) no exercício de 2023. Com base nessas informações é correto afirmar que:

- A) A anuidade devida ao CFM não é tributo.
- B) O protesto da CDA é irregular, pois não tem previsão legal.
- C) O protesto da CDA é regular, sendo um meio extrajudicial de cobrança previsto em lei declarada constitucional pelo STF.
- D) O protesto da CDA é irregular, pois a lei que prevê essa forma de cobrança extrajudicial foi declarada inconstitucional pelo STF.

Questão 22.

Em 25/03/2021 o Estado Alfa ajuizou Ação de Execução Fiscal em face de Roberto para a cobrança de débitos relativos ao IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) dos exercícios de 2017, 2018 e 2019. Ao tentar realizar a citação do Executado, o Oficial de Justiça obteve a informação de que ele havia falecido no ano de 2015, o que foi confirmado pela juntada, nos autos da execução, da respectiva Certidão de Óbito. Com base na hipótese, considerando que o veículo automotor a que se refere o imposto foi transferido a Renato em 2015, por força do inventário dos bens do de cujus, a ele pertencendo até hoje, é correto afirmar que:

- A) A CDA (Certidão da Dívida Ativa) que ampara a Execução Fiscal poderá ser substituída ou emendada até a decisão de primeira instância, com a consequente alteração do polo passivo dessa ação de cobrança, incluindo-se o atual proprietário do veículo automotor, desde que haja expressa autorização dele.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

B) A CDA (Certidão da Dívida Ativa) que ampara a Execução Fiscal poderia ser substituída ou emendada até a primeira tentativa de citação do executado, quando seria permitida a consequente alteração do polo passivo dessa ação de cobrança, incluindo-se o atual proprietário do veículo automotor, assegurada ao novo executado a devolução do prazo para embargos.

C) A CDA (Certidão da Dívida Ativa) que ampara a Execução Fiscal poderá ser substituída ou emendada até a decisão de primeira instância, com a consequente alteração do polo passivo dessa ação de cobrança, incluindo-se o atual proprietário do veículo automotor, assegurada ao novo executado a devolução do prazo para embargos.

D) A CDA (Certidão da Dívida Ativa) não poderá ser substituída ou emendada nesse caso e o polo passivo da ação de cobrança não poderá ser alterado para a inclusão do atual proprietário do veículo automotor, pois, nessa hipótese, é vedada a modificação do sujeito passivo da execução.

Questão 23.

O Prefeito do Município Beta pretende oferecer saúde pública com maior cobertura de atendimento e melhor qualidade para todos os munícipes. Então, para arcar com os respectivos custos, pretende instituir e cobrar um novo imposto ainda não previsto na Constituição Federal, que não é cumulativo e que não tem fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados no texto constitucional. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta:

A) Os Municípios não podem instituir novos impostos não previstos na Constituição Federal.

B) Os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União não podem instituir novos impostos não previstos na Constituição Federal.

C) Desde que autorizados por suas Leis Orgânicas, os Municípios podem instituir novos impostos não previstos na Constituição Federal.

D) Os Municípios podem instituir novos impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam cumulativos.

Questão 24.

Após ajuizar a ganhar ação judicial ajuizada em face de Kleber, João recebeu R\$ 100.000,00 à título de indenização por danos morais. João lhe consulta, como Advogado(a), se tal valor está sujeito à incidência do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). Você, como Advogado(a) consultado(a), responderá que o IRPF em questão:

A) Não é devido, por força do Princípio da Progressividade.

B) É devido, por força do Princípio da Capacidade Contributiva.

C) Não é devido, pois tal valor não é renda para fins de incidência do IRPF.

D) É devido, por força do Princípio da Universalidade.

Questão 25.

A sociedade empresária Gama prestou serviços sujeitos à incidência do ISS (Imposto sobre Serviços) entre fevereiro de 2015 e novembro de 2016, mas, como não entregou a respectiva declaração e consequentemente não pagou o imposto devido, a Fazenda Municipal constituiu de ofício o crédito tributário, notificando a contribuinte em 10/12/2022. Exclusivamente com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o crédito tributário em questão se encontra extinto pela:

A) Isenção.

B) Decadência.

C) Prescrição.

D) Remissão.

Direito Administrativo

Igor Maciel

Questão 26.

Ribamar exerce a função de tabelião em um cartório localizado no Município X. Um certo dia, Ribamar compareceu ao trabalho embriagado e, devido a esse estado, acabou não autenticando corretamente uma cópia apresentada por Astrides. Devido a isso, o documento se quedou inválido, ocasionando a impossibilidade de fechar um contrato milionário, o que prejudicou Astrides financeiramente. Desta forma, ela



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

pretende ingressar judicialmente, pedindo por uma indenização. Sobre o caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Não há de se falar em responsabilidade civil do Estado pelos danos causados a Astrides, pois a embriaguez de Ribamar é considerada excludente de responsabilidade.
- b) A responsabilidade civil da Administração Pública pelos danos causados a Astrides é subjetiva e primária, pois houve culpa de Ribamar.
- c) A responsabilidade civil da Administração Pública pelos danos causados a Astrides é objetiva, direta e primária.
- d) A responsabilidade civil da Administração, no caso narrado, é objetiva, não havendo de se falar em dever de regresso contra Ribamar.

Questão 27.

Adelson é o gestor responsável pelos processos licitatórios e celebração de parcerias no Estado Y. Um certo dia, descobriu que seu filho se desentendeu na escola com o filho de Mirtes, presidente de uma organização sem fins lucrativos que visa participar de processo seletivo iminente para celebrar contrato de parceria com o Estado Y. Adelson então, para se vingar da situação, resolve dispensar o processo seletivo para celebração da parceria pretendida, o que, no entanto, não acarretou perda patrimonial efetiva para o Estado Y. Acerca da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Adelson praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- b) Adelson não praticou ato de improbidade Administrativa, posto que a dispensa indevida não acarretou perda patrimonial efetiva.
- c) Adelson praticou ato de improbidade administrativa, pois frustrar a licitude de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-lo indevidamente, configura ato de improbidade que causa lesão ao erário.
- d) Adelson praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, pois obteve vantagem de cunho pessoal.

Questão 28.

No ano de 2023, o Estado Z pretende firmar parceria público-privada com a empresa Velozes e Destemidos S.A, para a construção de novas estradas estaduais. O valor do contrato pretendido é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e este terá a duração de 10 anos. Adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, pretende-se contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Com base no narrado, assinale a alternativa correta.

- a) A contraprestação do Estado Z poderá ser feita por ordem bancária, cessão de créditos tributários, outorga de direitos sobre bens públicos, entre outros.
- b) O contrato poderá prever o aporte de recursos em favor de Velozes e Destemidos S.A. para a aquisição de bens reversíveis, desde que autorizado em lei específica.
- c) O contrato deverá prever o pagamento, à Velozes e Destemidos S.A, de remuneração variável vinculada ao seu desempenho.
- d) É facultado ao Estado Z efetuar o pagamento da contraprestação relativa à parcela fruível do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.

Questão 29.

Marileide reside no Estado B, e deseja acessar informações relativas aos serviços prestados pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia, sociedade de economia mista estadual responsável por este setor. Marileide pretende obter informações relativas a despesas, repasses e transferências financeiras, bem como a procedimentos licitatórios e contratos. Sobre tal pretensão, assinale a alternativa correta:

- a) A pretensão de Marileide não subsistirá caso as informações pretendidas já tenham sido recolhidas a arquivos públicos pois, desta feita, as informações já estarão públicas e disponíveis.
- b) No tocante às informações relativas a contratos firmados pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia, a pretensão de Marileide não subsistirá caso se trate de vínculo contratual já encerrado.
- c) Para ter acesso às informações relativas a despesas e repasses ou transferências financeiras, Marileide deverá



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

realizar requerimento à Companhia Estadual de Distribuição de Energia.

d) Não sendo possível a Companhia Estadual de Distribuição de Energia conceder o acesso imediato às informações pretendidas, terá o prazo de até 20 dias (prorrogáveis por mais 10, havendo justificativa expressa) para indicar as razões de fato ou de direito da recusa.

Questão 30.

Jamil é servidor público efetivo da União e pretende desempenhar a função de agente de contratação em processo licitatório para a contratação de serviços de limpeza. Ocorre que a empresa de Marquinhos, seu primo, é uma das licitantes. Acerca da situação narrada e levando em consideração as disposições da Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) Devido ao parentesco com um dos licitantes, Jamil não poderá ser agente de contratação no referido processo licitatório.

b) Se Jamil for designado agente de contratação, é vedado a ele admitir situações que restrinjam o caráter competitivo do processo licitatório, salvo nos casos de participação de sociedades cooperativas.

c) Se a licitação envolvesse bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderia ser contratado, por prazo indeterminado, serviço de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

d) Jamil poderá ser designado agente de contratação, caso em que será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Direito Ambiental

André Rocha

Questão 31.

O Sr. Protetor é o gestor de uma unidade de conservação (UC) da categoria Reserva Extrativista (RESEX), localizada em área cujo bioma predominante é o Cerrado. Com a finalidade de eliminar biomassa, nutrir o solo e evitar a dominação de espécies de flora de mata atlântica na UC,

o Sr. Protetor pretende atear fogo controlado em parte da unidade.

Entretanto, sem saber se a prática seria permitida, o Sr. Protetor decide consultar a procuradora do órgão gestor da unidade de conservação em que atua, a Sra. Protetora.

Sabendo que as características ecológicas da vegetação de Cerrado estão associadas evolutivamente à ocorrência do fogo e supondo que a Sra. Protetora tenha instruído o Sr. Protetor corretamente perante a legislação ambiental brasileira, a informação por ela passada ao Sr. Protetor foi a de que:

a) Nesse caso, o fogo não pode ser ateadado, pois provocar incêndio em mata ou floresta é crime ambiental que não comporta exceções, nos termos da Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais.

b) Se houver prévia aprovação do órgão gestor da unidade de conservação e previsão no plano de manejo da RESEX, pode haver a queima controlada visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa.

c) A queima, mesmo controlada, não é permitida em Reserva Extrativista, por se tratar de unidade de conservação de proteção integral.

d) O uso do fogo pode ser permitido no Cerrado, desde que seja respeitada reserva legal de 20% da unidade de conservação e ela esteja localizada fora da Amazônia Legal.

Questão 32.

A Lei Complementar n. 140 de 2011 fixou normas para a cooperação entre os entes da federação nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas ao meio ambiente. Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.

A) Compete aos Estados e ao Distrito Federal controlar a introdução no País de espécies exóticas potencialmente invasoras que possam ameaçar os ecossistemas, habitats e espécies nativas.

B) Compete aos municípios exercer o controle ambiental da pesca em âmbito regional.

C) Para fins de licenciamento ambiental e para autorização de supressão e manejo de vegetação, o critério do ente federativo instituidor da unidade de



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

conservação não deve ser aplicado às Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

D) A atuação subsidiária é ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas na referida Lei Complementar.

Direito Civil

Paulo Sousa

Questão 33.

Mônica e sua turma se reúnem toda tarde para brincar no parquinho do Bairro Limão. Em uma sexta-feira, quando estava jogando vôlei com Magali, Mônica foi chamada de dentuça e começou a correr atrás de Cebolinha para dar-lhe uns sopapos com Sansão, seu coelhinho de pelúcia. No meio da correria toda, Mônica rodopiou o objeto e jogou em direção de Cebolinha, contudo, como o menino possui bons reflexos, desviou do objeto que acabou atingindo o vidro do carro de Seu Antenor, pai do Cascão. Sansão atingiu o veículo de forma tão abrupta que quebrou os dois vidros laterais do motorista e passageiro, causando um dano estimado em R\$10.000,00 (dez mil reais).

Diante do caso, responda:

- A) Os pais de Mônica responderão pelo prejuízo causado pela filha, aplicando-se ao caso a responsabilidade objetiva.
- B) Mônica deverá responder pelo prejuízo causado, aplicando-se ao caso a responsabilidade objetiva.
- C) Mônica nada responderá, tendo em vista que a culpa do prejuízo causado ao veículo foi de Cebolinha que desviou de Sansão.
- D) Tendo em vista que Mônica se trata de menor incapaz, Antenor deverá arcar com o prejuízo sozinho.

Questão 34.

Amanda está muito feliz por ter passado no concurso dos sonhos. Nesta razão, sabendo que Fábio, seu primo, estava precisando de uma geladeira nova, Amanda decide formular contrato com Refrigera Mais para adquirir uma geladeira inox e mandar entregar na casa do parente. Contudo, antes da data estimada para a entrega do bem, Amanda percebe que Fábio anda muito

encostado e não quer saber de trabalhar depois que soube da geladeira, fato que a deixa pensativa sobre o destinatário da entrega da geladeira. Diante do ocorrido, responda:

- A) Caso haja demora na entrega da geladeira, somente Fábio poderá cobrar o cumprimento da obrigação.
- B) Caso queira substituir o destinatário da geladeira, Amanda só poderá fazer por ato entre vivos.
- C) Amanda poderá substituir o destinatário da geladeira, independentemente da anuência de Fábio e da Refrigera Mais.
- D) Amanda só poderá substituir o destinatário da geladeira com a anuência expressa por Refrigera Mais.

Questão 35.

Sandy está procurando por uma fazenda no interior de Mato Grosso do Sul. Ficou sabendo recentemente que um fazendeiro colocou uma de suas fazendas à venda e, por isso, tem interesse em comprá-la. Contudo, para adquirir o imóvel por um preço justo do mercado, tendo em vista que é famosa, a cantora pede para que seu amigo de confiança firme as primeiras tratativas do contrato com o vendedor para que, ao final, assumo o negócio. Diante do caso, responda:

- A) O contrato será nulo por se tratar de simulação.
- B) Caso não seja estipulado um prazo, o amigo de Sandy deverá indicá-la em até cinco dias da conclusão do contrato.
- C) Caso Sandy se tornasse insolvente no momento da nomeação, o contrato seria desfeito.
- D) O contrato de compra e venda só pode ser formulado entre o mesmo comprador e vendedor, não admitindo substituição das partes.

Questão 36.

Alexandra, estudante de Jornalismo, foi contratada por Camila, jornalista reconhecida nacionalmente, para transcrever os áudios de entrevistas gravadas em razão de um estudo inédito sobre a corrupção na América Latina, sendo o sigilo sobre as informações parte de obrigação prevista expressamente no contrato.

O trabalho contratado duraria cinco anos, mas, no curso do segundo ano, Camila descobriu, em conversa com



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

alguns colegas, que Alexandra franqueara a uma amiga o acesso ao material de áudio. Sobre o caso, responda:

- A) Alexandra não poderia transferir sua obrigação para a amiga sem a anuência de Camila.
- B) Alexandra tem o direito de compartilhar com outra pessoa o material disponibilizado.
- C) Alexandra só poderia transferir o material de estudos mediante o pagamento de quantia considerável para que o lucro fosse dividido com Camila.
- D) Se outra pessoa tivesse contratado Alexandra na vigência contratual com Camila o contrato seria automaticamente desfeito sem qualquer penalidade jurídica.

Questão 37.

Luana, pintora, maior e capaz, entregou a Jacó, empresário, maior e capaz, oitenta quadros de pintura abstrata para que fossem vendidas em sua loja. Ficou ajustado no contrato, ainda, que, decorridos dois meses, Jacó pagaria a Luana o valor de vinte reais por quadro vendido, cabendo-lhe restituir à pintora os quadros que porventura não tivessem sido vendidos no referido prazo. Decorrido um mês, Jacó constatou que estava encontrando grandes dificuldades para vender os quadros, o que o levou a promover uma liquidação em sua loja, alienando cada quadro por dez reais. A liquidação foi bem-sucedida, ocasionando a venda de setenta e cinco quadros.

Transcorrido o prazo previsto no contrato, Luana procura Jacó, solicitando que ele pague o preço ajustado relativo aos quadros vendidos, bem como que restitua aqueles remanescentes. Diante disso, responda:

- A) Jacó deverá pagar vinte reais por cada quadro vendido, independentemente do valor posto em mercado.
- B) Jacó deverá pagar dez reais por cada quadro vendido.
- C) Caso alguém invadisse a loja de Jacó e furtasse alguns quadros, o consignatário seria exonerado da restituição dos valores referentes aos quadros levados.
- D) Caso Jacó tivesse uma dívida a ser executada em juízo, os quadros poderiam ser penhorados para liquidar a dívida enquanto estivessem na sua loja.

Questão 38.

Alan Harper e seu filho Jake Harper moraram com Charles Harper durante muitos anos depois que Alan se divorciou.

Como não aguentava mais a incomodação constante de seu irmão, Charles pediu gentilmente para que Alan tomasse jeito e fosse embora de sua mansão. Magoado com a situação em que vivera, Alan chamou Jake e saiu à procura de um imóvel, momento em que se deparou com uma mansão vazia, com aparência de abandono. Diante da situação que avistou, Alan decidiu se mudar para o local com seu filho, tendo em vista que não possuía outra residência e queria viver de forma independente, sem precisar da ajuda da mãe ou de Charles.

Alan formou moradia fixa no imóvel durante dezoito anos ininterruptos, momento em que foi surpreendido por Rose, proprietária do bem. Diante do caso, responda:

- A) Alan poderá defender sua permanência no imóvel por meio da usucapião especial urbana.
- B) Alan poderá defender sua permanência no imóvel por meio da usucapião ordinária.
- C) Alan poderá defender sua permanência no imóvel por meio da usucapião familiar.
- D) Alan poderá defender sua permanência no imóvel por meio da usucapião extraordinária.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Ricardo Torques

Questão 39.

Dois irmãos órfãos cresceram juntos em uma entidade de acolhimento institucional aguardando colocação em família substituta. Não existem pretendentes domiciliados no Brasil interessados na adoção dos irmãos de forma conjunta, apenas separados. Existem famílias estrangeiras com interesse na adoção de crianças com o perfil dos irmãos e uma família de brasileiros domiciliados nos EUA, sendo esta a última inscrita no cadastro.

Considerando o direito à convivência familiar e comunitária de toda criança e de todo adolescente, assinale a opção que apresenta a solução que atende aos interesses dos irmãos.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

- A) Adoção nacional pela família brasileira domiciliada nos EUA.
- B) Adoção internacional pela família estrangeira.
- C) Adoção nacional por famílias domiciliadas no Brasil, ainda que separados.
- D) Adoção internacional pela família brasileira domiciliada nos EUA.

Questão 40.

Éder e Mirtes são casados há anos e possui a guarda judicial de Clara, que tem agora três anos de idade, desde o seu nascimento. A mãe da infante, irmã de Mirtes, é usuária de K9 e vive nas ruas da cidade. Clara reconhece o Éder e Mirtes como seus pais. Passados alguns anos, Clara fica órfã, o casal se divorcia e a criança fica residindo com Mirtes.

Sobre a possibilidade da adoção de Clara por Éder e Mirtes em conjunto, ainda que divorciados, assinale a afirmativa correta.

- A) Apenas Mirtes poderá adotá-la, pois é parente de Clara.
- B) O casal poderá adotá-la, desde que acorde com relação à guarda (unipessoal ou compartilhada) e à visitação de Clara.
- C) O casal somente poderia adotar em conjunto caso ainda estivesse casado.
- D) O casal deverá se inscrever previamente no cadastro de pessoas interessadas na adoção.

Direito do Consumidor

Igor Maciel

Questão 41.

Goianinho, cantor de uma dupla sertaneja muito famosa em todo o Brasil, transitava pela Rodovia 678, com seu veículo da marca AXY, ano 2019, quando o pneu dianteiro estourou, causando o capotamento do carro, que foi envolvido em chamas, ocasionando a morte do motorista, por carbonização. A viúva e a filha do cantor ingressaram com ação de indenização por danos morais e materiais contra a AXY do Brasil Ltda e a fabricante do pneu. Na perícia realizada, ficou constatado que “a velocidade estimada do veículo de 133 km/h, quando

ingressou no canteiro central, após percorrer 37,50 metros no leito asfáltico, marcando-o com sua roda dianteira direita murcha, leva a conclusão de que sua velocidade, na ocasião do esvaziamento desse pneu, era razoavelmente superior aos 133 km/h pois, certamente, seu condutor o freou nesse trajeto de 37,50 metros”. Além disso, Goianinho não utilizava cinto segurança no momento do capotamento. Na qualidade de advogado da viúva e da filha, você deverá informar corretamente que:

- a) Embora o consumidor transitasse acima da velocidade permitida e sem cinto de segurança, o acidente não teria ocorrido se o pneu não houvesse estourado, de modo que restou caracterizado o vício do produto a ensejar indenização por dano moral e patrimonial.
- b) O fato do consumidor transitar muito acima da velocidade permitida e sem fazer uso do cinto de segurança caracterizam sua culpa exclusiva, de modo a excluir a responsabilidade dos fornecedores.
- c) O fornecedor do pneu só não será responsabilizado apenas quando provar que não colocou o produto no mercado, ou que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste.
- d) O excesso de velocidade e a não utilização de cinto de segurança, em acidente automobilístico com resultado morte, são elementos que conduzem ao reconhecimento da culpa concorrente da vítima.

Questão 42.

Mauro adquiriu uma churrasqueira no site da empresa “Tudo para o Lar”. O produto foi entregue ao consumidor dentro do prazo estipulado pelo site, mas Mauro notou que precisava de uma churrasqueira com mais níveis de temperatura, para fazer receitas diversas para sua família. Assim, cinco dias após o recebimento do produto, ele entrou em contato com a loja, por meio de aplicativo de mensagens de celular, para desfazer o negócio. Diante da negativa de devolução, seguida da cobrança do fornecedor pelo frete, ele consultou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) Mauro somente poderia exercer o direito de arrependimento se a compra fosse efetuada por telefone ou a domicílio.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

b) Mauro pode exercer o direito de arrependimento, desde que arque com os custos do frete para a devolução do produto, pois ele deu causa a extinção contratual.

c) Mauro tem direito potestativo de desistir do contrato, o que coloca o fornecedor em estado de sujeição.

d) Mauro tem direito de arrependimento dentro do prazo de reflexão, desde que a desistência seja motivada.

Direito Empresarial

Alessandro Sanchez

Questão 43.

Verine das Neves e Kaique das Rochas constituem uma sociedade com a intenção de prestar os seus serviços intelectuais em festas infantis, já que possuem formação intelectual em teatro, entre mais. A sociedade leva o nome de VERIKIQUE ENTRETENIMENTO S/S. Ressalte-se que a sociedade fora constituída para fins econômicos e exercício de atividade profissional não organizada e teve a sua inscrição no cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

a) O órgão registral de opção para a inscrição está adequado.

b) A inscrição haveria de ser realizada em um dos cartórios de registro das juntas comerciais estaduais.

c) A inscrição haveria de ser feito em uma das juntas estaduais vinculadas ao registro público de empresas mercantis.

d) A inscrição haveria de ser feita um cartório de títulos e documentos empresariais.

Questão 44.

Kaique Mari da Silva Tanaka constitui uma empresa na forma de Microempreendedor individual já que pretende desenvolver um negócio empresarial em que a receita bruta anual é de 60.000,00 (sessenta mil reais) em média. Em vista da escolha realizada, podemos afirmar:

a) Kaique poderá constituir o seu negócio em forma de Sociedade Unipessoal Limitada.

b) Kaique poderá constituir a empresa em forma de sociedade unipessoal limitada caso o valor da receita fosse superior a 100 (cem salários-mínimos).

c) Kaique deve constituir a empresa na forma de Empresário Individual.

d) Kaique poderá constituir a empresa, inclusive, na forma de sociedade simples.

Questão 45.

Analise a situação a seguir:

Um grupo de pessoas destinadas à atividade intelectual (Mari, Victor e Verine) se obriga mutuamente a contribuir, com serviços ou bens, para o exercício de atividade econômica e a partilha, igualmente, dos resultados. Nessa conjuntura,

a) estamos diante de uma sociedade empresária, já que o principal elemento de empresa sempre está presente nas atividades intelectuais.

b) a atividade é empresarial já que econômica.

c) caso a atividade seja profissional, econômica e organizada devemos considerá-la empresarial.

d) a atividade não pode ser considerada empresária em nenhuma hipótese.

Questão 46.

Assinale a alternativa que indique o que é empresário para o Código Civil

a. O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.

b. o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.

c. Equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.

d. Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

Direito Processual Civil

Ricardo Torques

Questão 47.

Ricardo pretende ajuizar uma ação de cobrança em face de Marcos a respeito de um contrato de compra e venda firmado entre ambos. As alegações de fato propostas por Ricardo podem ser comprovadas apenas documentalmente, e existe uma tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

Ao questionar seu advogado sobre sua pretensão, Ricardo buscou saber se existia a possibilidade de que lhe fosse concedida uma tutela de evidência, com o intuito de sanar o problema da forma mais célere.

Na qualidade de advogado(a) de Ricardo, assinale a alternativa correta:

A) A tutela da evidência será concedida, caso seja demonstrado o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

B) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, somente quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

C) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

D) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, somente quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Questão 48.

Caio, querendo cobrar dívida proveniente de contrato firmado com Maria, ajuizou demanda de conhecimento em face de Márcio, fiador do contrato. Surpreendido pela citação, Márcio procura, no mesmo dia, um(a) advogado(a) para esclarecer a questão e tirar algumas dúvidas.

Diante do caso acima, também levando em consideração o regramento do Código Civil a respeito do assunto, assinale a opção que apresenta a medida mais adequada a ser adotada pelo(a) advogado(a) para obter a responsabilização de Maria.

A) Realizar o chamamento ao processo de Maria.

B) Efetuar a denúncia da lide de Maria.

C) Sustentar a ilegitimidade passiva de Márcio, na medida em que somente após eventual tentativa malsucedida de responsabilização de Maria é que o mesmo, na qualidade de fiador, poderia ser demandado.

D) Não promover a intervenção de terceiros e aguardar a fase executiva, momento em que deverá ser requerido o benefício de ordem, de modo que os bens de Maria sejam executados antes dos de Márcio.

Questão 49.

O Banco Novo Mundo ajuizou uma ação de execução por título extrajudicial em face do Supermercado da Ana em virtude do inadimplemento de uma nota promissória.

Citado o réu, não houve o pagamento da dívida, tampouco foram encontrados bens penhoráveis. Em consequência, o exequente requereu a penhora de 100% do faturamento do executado, o que foi deferido pelo juiz responsável pelo processo, sob o fundamento de que se tratava de dívida muito elevada.

O executado interpôs agravo de instrumento impugnando essa decisão.

Sobre tais fatos, assinale a afirmativa correta.

A) O agravante tem razão, na medida em que a penhora da integralidade do faturamento tornaria inviável o exercício da atividade empresarial.

B) O agravante não tem razão, uma vez que a penhora do faturamento equivale à penhora de dinheiro e é a primeira na ordem de preferência legal, o que autoriza a constrição da integralidade do faturamento.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

C) O agravo deve ser provido, pois o faturamento de empresa executada é impenhorável.

D) O agravo deve ser desprovido, visto que não existe limite para o percentual do faturamento a ser objeto de penhora, cabendo ao juiz sua fixação no percentual necessário para a imediata satisfação da execução.

Questão 50.

Em razão da realização de obras públicas de infraestrutura em sua rua, a residência de Medeline acabou sofrendo algumas avarias. Medeline ingressou com ação judicial em face do ente que promoveu as obras, a fim de que este realizasse os reparos necessários em sua residência. Citado o réu, este apresentou a contestação.

Contudo, antes do saneamento do processo, diante do mal-estar que vivenciou, Medeline consultou seu advogado a respeito da possibilidade de, na mesma ação, adicionar pedido de condenação em danos morais.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta:

A) É possível o aditamento, uma vez que, até o saneamento do processo, é permitido alterar ou aditar o pedido sem o consentimento do réu.

B) Não é possível o aditamento, uma vez que o réu foi citado e apresentou contestação.

C) É possível o aditamento, eis que, até o saneamento do processo, é permitido aditar ou alterar o pedido, desde que com o consentimento do réu.

D) É possível o aditamento, porquanto, até a prolação da sentença, é permitido alterar ou aditar o pedido, desde que não haja recusa do réu.

Questão 51.

Regina ajuizou ação contra João. O advogado de Regina, constituído por procuração devidamente outorgada, era Paulo. Paulo fez um substabelecimento, com reserva, ao advogado Marcelo. Regina foi intimada para regularizar uma falha processual. Essa intimação foi feita em nome de Paulo, o advogado originário. Como Paulo não estava mais acompanhando esse processo, ele acabou não vendo a intimação. Regina recorreu alegando a nulidade da intimação porque feita em nome do seu antigo

advogado, quando deveria ter sido realizada em nome do atual causídico.

A respeito da intimação na prática forense e do recente entendimento dos Tribunais Superiores sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

A) A intimação efetuada em nome de um dos advogados constituídos nos autos é válida quando o substabelecimento foi feito com reserva de poderes e não houve pedido expresso para publicação exclusiva em nome de um advogado específico.

B) A intimação é inválida, pois deveria ter sido feita em nome do novo advogado.

C) A intimação é válida, mas o advogado Paulo não poderia substabelecer com reserva de poderes ao advogado Marcelo.

D) A intimação é inválida, pois o advogado Paulo não poderia substabelecer com reserva de poderes ao advogado Marcelo.

Questão 52.

Marcos propôs uma ação de repetição de indébito em face de um órgão da Fazenda Pública Estadual em razão de valores cobrados a maior. Os pedidos de Marcos foram julgados procedentes em primeiro grau, condenando o órgão a pagar quantia certa, sendo a sentença confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado. Do acórdão que manteve a decisão, não foram interpostos outros recursos. Após o trânsito em julgado da sentença, não tendo havido o pagamento voluntário pelo órgão, Marcos deu início ao cumprimento de sentença.

A respeito do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de pagar quantia certa pela fazenda pública, de acordo com a situação hipotética apresentada e as disposições do CPC, assinale a alternativa correta:

A) Sendo a Fazenda Pública intimada do cumprimento de sentença e não realizando o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, o débito será acrescido de 10% (dez por cento) a título de multa e 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios.

B) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e autos apartados, impugnar a execução.

C) Na impugnação da Fazenda Pública, não poderá ser alegada causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, ainda que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.

D) No cumprimento de sentença, Marcos deverá apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo o seu nome completo e o seu número de inscrição no CPF; o índice de correção monetária adotado; os juros aplicados e as respectivas taxas; o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados; a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso; e a especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados.

Direito Penal

Cristiano Rodrigues

Questão 53.

Pedro foi preso em flagrante delito porque portava consigo com o fim de comercializar, 35g. de cocaína, substância ilícita, o que caracterizou o crime tráfico de drogas. Chegando na delegacia de polícia, Pedro conheceu Maria, que estava detida porque havia praticado automutilação. Com base nos entendimentos dos Tribunais Superiores e nos estudos dos princípios penais, assinale a alternativa correta.

a) O princípio da insignificância poderá ser aplicável ao caso de Pedro para reconhecer a atipicidade material de sua conduta, e não deverá responder pelo crime de tráfico de drogas. Com relação à Maria, incide o princípio da lesividade e sua conduta não será punida por causar mal apenas a si própria.

b) O princípio da insignificância será inaplicável ao caso de Pedro, pois a apreensão de qualquer quantidade de droga com fim de venda não permite reconhecer a atipicidade da conduta. Com relação à Maria, incide o princípio da lesividade, e sua conduta não será punida por causar mal apenas a si própria.

c) O princípio da insignificância poderá ser aplicável ao caso de Pedro para reconhecer a atipicidade material de sua conduta de tráfico de drogas. Com relação à Maria,

incide o princípio da lesividade, e sua conduta não será punida por causar mal apenas a si própria.

d) O princípio da insignificância será inaplicável ao caso de Pedro, pois a referida apreensão de pequena quantidade de droga não afasta tipicidade da conduta. Com relação à Maria, não incide as vedações do princípio da lesividade, e sua conduta será punida criminalmente.

Questão 54.

Rick Grimmy denunciado pela prática de estupro (art. 213 do CP) praticado contra a vítima Lizie. Durante a instrução processual, Lizie narrou ao magistrado que Rick não havia utilizado qualquer violência ou grave ameaça contra ela, e esclareceu que apenas havia prestado seu depoimento em sentido diverso perante a autoridade policial porque Rick Grimmy não mais queria reatar o relacionamento conjugal com ela. Considerando o caso hipotético, nas alegações finais a defesa técnica deverá pugnar por sua absolvição sob o fundamento de que o consentimento de Lizie funciona como:

A) causa extintiva da punibilidade.

B) causa de exclusão da ilicitude.

C) fundamento para reconhecimento da atipicidade da conduta.

D) causa supralegal de exclusão da ilicitude.

Questão 55.

Guilherme, pretendendo defender-se de Joaquim, que partia em sua direção enfurecido e portando uma foice com a firme intenção de matá-lo, saca sua arma, da qual possui porte legal, e atira contra Joaquim. No entanto, ao invés de atingir Joaquim, Guilherme acaba atingindo Robson, que no momento passava pelo local. Nessa situação hipotética, é possível afirmar que Guilherme:

A) Responderá pelo homicídio culposo, devendo sua pena ser diminuída.

B) Não responderá por qualquer delito, pois estará acobertado pela excludente da legítima defesa, aplicada no caso em razão do erro na execução.

C) Responderá pelo homicídio culposo, mas poderá ser agraciado pelo perdão judicial.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

D) Não responderá por qualquer delito, pois estará acobertado pela excludente da legítima defesa em razão da situação de aberratio criminis.

Questão 56.

Simprônio foi denunciado pelos crimes de falsificação de documento público e estelionato, em concurso material, por ter falsificado uma Carteira de Habilitação Nacional (CNH) para abrir uma conta corrente em nome de terceiro na agência bancária e, com isso, conseguir solicitar um empréstimo. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que:

- A) O Ministério Público deveria ter denunciado ambos os crimes por concurso formal, e não material.
- B) Simprônio deveria ser denunciado apenas pelo crime de estelionato, pois o crime de falso é um crime-meio, que é punível apenas se ele não se exaurir no crime-fim, e no caso será por este absorvido.
- C) O crime de falso é um crime-fim, que por isso será sempre punível.
- D) O crime de falso trata-se de um crime-meio, que será punível sempre que o crime-fim também o for.

Questão 57.

Luzia, após uma briga no bar, é esfaqueada por Bianca que visava lesioná-la, porém, sofre apenas lesões corporais leves. Após ser socorrida, Luzia é orientada pelos médicos quanto aos cuidados que deveria tomar com as feridas. Luzia, contudo, não segue as orientações. Em razão dessa falta de cuidado, o ferimento de Luzia infecciona e ela morre. Diante desse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- A) Bianca responderá pelo ato de lesão praticado, visto a infecção se tratar de causa concomitante relativamente independente.
- B) Bianca responderá pelo resultado morte, visto a infecção se tratar de causa superveniente absolutamente independente.
- C) Bianca responderá pelo ato de lesão anteriormente praticado, visto a infecção se tratar de causa superveniente relativamente independente, que por si só produziu o resultado.

D) Bianca responderá pelo resultado morte, visto a infecção se tratar de causa preexistente relativamente independente.

Questão 58.

No dia 10/02/2022 Wilson praticou o delito de furto ao subtrair para si um kit de beleza pertencente a um estabelecimento comercial, avaliado no total de R\$200,00, com o intuito de presentear sua namorada, que faria aniversário dia 28/02/2022. Após a descoberta da autoria delitiva, o Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de Wilson no dia 25/02/2022. Sem saber do oferecimento da denúncia, Wilson termina com sua namorada no dia 27/02/2022 e devolve o kit de beleza ao estabelecimento. A denúncia foi recebida pelo magistrado no dia 05/03/2022 e foi determinada a citação de Wilson para apresentação de defesa. Nesse caso, pode-se alegar em favor de Wilson:

- A) Arrependimento eficaz.
- B) Arrependimento posterior.
- C) Desistência voluntária.
- D) Reparação do dano como circunstância atenuante da pena.

Direito Processual Penal

Ivan Luís Marques

Questão 59.

O juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Açores deu provimento à imputação criminal feita pelo Ministério Público em face de Antônio a respeito do crime de assédio sexual. Durante a dosimetria da pena, o juiz foi omissivo em relação à tese da defesa que pedia o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea. Um dia após a intimação do réu sobre a condenação, buscando corrigir o erro judiciário consistente na omissão da sentença condenatória, a defesa deverá opor:

- a) revisão criminal
- b) embargos infringentes e de nulidade
- c) agravo em execução
- d) embargos de declaração



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

Questão 60.

Mateus foi pronunciado pelo crime de aborto praticado sem o consentimento da gestante e, após julgamento na sessão perante o Tribunal do júri, os jurados foram encaminhados para a sala especial para responder aos quesitos elaborados pelo juiz-presidente. A respeito da ordem de formulação dos quesitos a serem respondidos pelos jurados, aponte a alternativa correta em relação ao quesito absolutório. Este será o:

- a) primeiro quesito
- b) segundo quesito
- c) terceiro quesito
- d) quarto quesito

Questão 61.

Romulado presenciou, na frente de sua casa, uma briga envolvendo dois motoristas. Após calorosa discussão, ambos saíram de seus veículos e iniciaram uma sequência de agressões físicas mútuas. Por estar na janela de casa naquele momento, foi solicitada a sua presença na Delegacia de Polícia como testemunha dos fatos. Romulado narrou ao Delegado todos os detalhes do que acabara de ver e, um ano e meio depois, recebeu uma intimação do Fórum para testemunhar em audiência de instrução e julgamento na 2ª Vara Criminal a respeito dos mesmos fatos. Sobre essa situação, ciente de que Romualdo tem memória fraca, aponte a alternativa correta:

- a) por força da fraca memória, Romulado não prestará compromisso de dizer a verdade.
- b) por força da fraca memória, Romulado poderá se eximir de depor.
- c) por força da fraca memória, Romulado poderá ter acesso a breve consulta a apontamentos feitos antes da audiência.
- d) por força da fraca memória, Romulado poderá trazer seu testemunho por escrito.

Questão 62.

Recente lei de junho de 2023 alterou o prazo da prisão temporária de 5 para 15 dias. A família de Álvaro, preso temporariamente há 2 dias - antes do início da vigência da nova lei -, procura você para uma consulta a respeito

da retroatividade da nova lei. Você recebe o seguinte questionamento: “essa nova lei pode ser aplicada para o nosso familiar que já estava preso no momento em que essa nova lei entrou em vigor?” Diante desse cenário, aponte a alternativa correta:

- a) Por ser uma regra de natureza puramente processual, a nova lei não será aplicada para a prisão de Álvaro.
- b) Por ser uma regra de natureza penal, a nova lei não será aplicada para a prisão de Álvaro.
- c) Por ser uma regra de natureza puramente processual, a nova lei será aplicada para a prisão de Álvaro.
- d) Por ser uma regra de natureza penal, a nova lei será aplicada para a prisão de Álvaro.

Questão 63.

A Lei 14.532/2023 alterou a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial) e o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). A respeito das alterações promovidas na Lei de Racismo e na legislação criminal, marque a única alternativa correta:

- a) A injúria racial, quando praticada em contexto de descontração, diversão ou recreação, caracteriza circunstância agravante.
- b) A vítima da injúria racial tem a opção de estar acompanhada de advogado ou defensor público.
- c) A injúria racial é imprescritível e se promove mediante ação penal pública incondicionada.
- d) Funcionário público que pratica injúria racial no exercício de suas funções terá a pena do peculato-ofensa ampliada.

Questão 64.

Firmino, Fábio e Felippo são amigos há 13 anos. Hoje, todos adultos com família constituída, trabalham na mesma empresa como gerentes de vendas, um em cada filial. Sem nenhum ajuste prévio ou anuência à vontade um do outro, Firmino é flagrado praticando a contravenção de sujar terreno alheio (art. 37 da Lei das Contravenções Penais); Fábio pratica pela sétima vez no mesmo mês o crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo; e Felippo foi preso em flagrante por descumprir medida protetiva de urgência contra a sua esposa. A respeito dessa peculiar situação,



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

responda qual(is) dos amigos terá direito, após confessar, a receber uma proposta de ANPP:

- a) Firmino.
- b) Fábio.
- c) Felippo.
- d) Nenhum deles.

Direito do Trabalho

Priscila Ferreira

Questão 65.

Gaby é contratada da empresa Verdes Mares Indústria e Comércio Ltda. para prestação de trabalho intermitente. No dia 21 de dezembro de 2022, Gaby foi convocada pelo contratante, tendo aceitado a oferta, para laborar por quatro dias, sendo que perceberia pelos dias o valor de R\$ 500,00. Sabendo-se que a trabalhadora deixou de comparecer ao trabalho nos referidos dias, sem justo motivo, de acordo com a CLT, a empresa poderá cobrar de Gaby multa de

- A) R\$ 50,00, no prazo de 30 dias, vedada a compensação.
- B) R\$ 100,00, no prazo de 15 dias, permitida a compensação em igual prazo.
- C) R\$ 150,00, no prazo de 20 dias, permitida a compensação em igual prazo.
- D) R\$ 250,00, no prazo de 30 dias, permitida a compensação em igual prazo.

Questão 66.

Solange pretende celebrar com seu empregador, a Casa de Eventos Pecado Capital, acordo para pôr fim ao contrato de trabalho que já dura 9 meses. O último salário de Solange é de R\$ 3.000,00, sendo que possui na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) o valor de R\$ 1.200,00.

Com base no contido na Consolidação das Leis do Trabalho, a empregada poderá levantar o valor

- A) total de R\$ 1.200,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 240,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 1.500,00.

B) de até R\$ 960,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 240,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 1.500,00.

C) total de R\$ 1.200,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 480,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 1.500,00.

D) de até R\$ 600,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 240,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 1.800,00.

Questão 67.

Félix é empregado no Frigorífico Desossa Geral exercendo a função de embalador, mesma função ocupada por Clô, o qual percebe salário 20% superior a Félix. Pretendendo receber a mesma remuneração de Clô, Félix estuda a possibilidade de reclamar judicialmente. Para ter sucesso na demanda, com base no que prevê a CLT, além da identidade de funções e igualdade de produtividade e perfeição técnica, não pode haver entre os empregados diferença de tempo

- A) na função superior a 2 anos, apenas.
- B) de serviço para o empregador superior a 4 anos, apenas.
- C) de serviço para o empregador superior a 3 anos, apenas.
- D) na função superior a 2 anos e de serviço para o empregador superior a 4 anos.

Questão 68.

Zé Leôncio foi indicado pelo seu empregador para exercer cargo de direção na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Com base no que prevê o ordenamento jurídico brasileiro vigente, o empregado

- A) não possui garantia de emprego, pois esta é restrita a membros eleitos pelos empregados, desde o registro da candidatura até 1 ano após o término do mandato.
- B) é detentor de garantia de emprego, desde o início do mandato até 1 ano após seu término.
- C) goza de garantia no emprego, desde a sua indicação até 2 anos após o final de seu mandato.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

D) tem seu emprego garantido, desde sua aprovação no Conselho de Representantes da CIPA até 1 ano após o término do mandato.

Questão 69.

Tenório, brasileiro, 60 anos, é empregado na empresa metalúrgica Aço Forte Ltda. O empregador, José, para organização interna da empresa, pretende fracionar as suas próximas férias em 4 períodos, sendo um período de 10 dias, dois períodos de 7 dias e um período de 6 dias. Conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, esse fracionamento é

A) irregular, porque para os empregados menores de 18 e maiores de 50 anos, as férias só podem ser concedidas em no máximo dois períodos, sendo um deles de no mínimo 20 dias corridos.

B) possível, eis que atendido o requisito de ter no mínimo um período de 10 dias, para empregados com mais de 55 anos de idade.

C) possível, desde que haja a concordância do empregado, na medida em que as férias podem ser concedidas em até 4 períodos, sendo um deles de no mínimo 10 dias.

D) irregular, eis que as férias, desde haja concordância do empregado, pode ter seu período fracionado em até 3 períodos, sendo um deles de no mínimo 14 dias corridos.

Direito Processual do Trabalho

Priscila Ferreira

Questão 70.

Zuleika distribuiu, na cidade de Porecatu, reclamatória trabalhista em face da sua empregadora doméstica Elza, cobrando da mesma as verbas rescisórias que não foram pagas na rescisão contratual e indenização por danos morais. A prestação de serviços se deu na cidade de Curitiba. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, poderá a ré arguir exceção de incompetência territorial

A) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.

B) no prazo de 10 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.

C) como matéria preliminar de defesa, devendo protocolar a mesma em até 5 dias que antecede a audiência designada.

D) em audiência, antes da apresentação da defesa, hipótese em que o juiz dará vista à parte autora para manifestação em 48 horas.

Questão 71.

A empresa de transportes rodoviários “Carga Total” interpõe agravo de petição frente a decisão do juiz na execução de processo trabalhista movido por Afrodite, sua ex-empregada. O juiz denega seguimento ao agravo de petição, sob fundamento de intempestividade. Pretendendo recorrer desta decisão, a empresa poderá apresentar

A) agravo de instrumento no prazo de 8 dias, sem a suspensão da execução.

B) recurso ordinário no prazo de 8 dias, sem a suspensão da execução.

C) agravo de instrumento no prazo de 10 dias, sem a suspensão da execução.

D) recurso ordinário no prazo de 10 dias, ficando suspensa a execução até decisão final.

Questão 72.

A pizzaria “Só Lenha” está sendo executada na Justiça do Trabalho por sentença transitada em julgado em 24/10/2022, decorrente de Reclamação Trabalhista promovida pelo seu ex-empregado Luan Santana.

Em 18/11/2022 o magistrado despachou no processo de execução requerendo de Luan Santana informações acerca do paradeiro da executada para prosseguimento do feito. Contudo, Luan Santana manteve-se silente, mesmo após ser cientificado do referido despacho.

Na hipótese narrada, de acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, mantendo-se o silêncio do exequente, a pizzaria “Só Lenha” poderá suscitar a prescrição intercorrente no prazo de

A) dois anos a contar de 24/10/2022.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

- B) cinco anos a contar de 19/11/2022
- C) cinco anos a contar de 24/10/2022.
- D) dois anos a contar de 19/11/2022.

Questão 73.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, considere:

- I. Perpétua é empregadora doméstica.
 - II. Circo Alegria é uma empresa em recuperação judicial.
 - III. Banco Atual é uma sociedade de economia mista.
 - IV. Fundabem é uma Fundação Pública Estadual.
 - V. Bem Me Quer é uma Autarquia Municipal.
- Podem ser réus de reclamatória trabalhista submetida ao procedimento sumaríssimo o que consta APENAS em
- A) I e III.
 - B) II e V.
 - C) I, II e III.
 - D) IV e V.

Questão 74.

Numa reclamação trabalhista foi instaurado um Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) na fase de execução para a constrição do patrimônio dos dois sócios da empresa. Após manifestação dos alegados sócios e juntada de documentos, o juiz julgou procedente o pedido em relação a um deles, porque foi detectada fraude, e improcedente em relação ao outro, pois ficou comprovado que esse segundo suposto sócio era na verdade um homônimo.

Em relação a essa situação, é correto afirmar que:

- A) cabe impetração de mandado de segurança porque não há previsão de IDPJ na CLT;
- B) os indicados podem recorrer, mas em conjunto porque há litisconsórcio passivo na hipótese;
- C) o sócio em face do qual o IDPJ foi julgado procedente pode interpor agravo de petição em oito dias;
- D) nenhum dos indicados no IDPJ pode recorrer por se tratar de decisão interlocutória.

Direito Financeiro

Rodrigo Martins

Questão 75.

O Estado Alfa criou, por meio de lei, um fundo público destinado a arcar com os custos de reforma e manutenção de estradas estaduais ainda não concedidas à iniciativa privada. A referida entidade federativa consignou, na lei instituidora do fundo, que ele será constituído, dentre outras receitas públicas, por 25% (vinte e cinco por cento) do valor arrecadado pelo Estado à título de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). Sobre a hipótese, é correto afirmar que a lei em questão:

- A) Possui um vício, pois é vedada a vinculação, por meio de lei, de receita de impostos a um fundo público.
- B) Não possui vício, pois a Lei Estadual pode vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- C) Possui um vício, pois somente uma lei federal, de âmbito nacional, poderia vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- D) Possui um vício, pois não é admitida, em hipótese alguma, nem mesmo por meio da Constituição Federal, a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

Questão 76.

Pedro é credor de um precatório federal, decorrente de ação judicial já transitada em julgado. Ao invés de aguardar o momento do pagamento na fila dos precatórios, Pedro quer realizar a cessão onerosa desse seu crédito a terceiro interessado em adquiri-lo. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- A) É vedada a cessão de crédito de precatório a terceiros.
- B) Ele só poderá ceder o crédito do precatório a terceiros se houver a expressa concordância do ente federativo devedor.
- C) Ele poderá ceder o crédito do precatório a terceiros independentemente da concordância da devedora, mas essa cessão só produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao Tribunal de origem e ao ente federativo devedor.



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

D) A cessão de crédito de precatório a terceiros só pode ser realizada antes do trânsito em julgado da ação do qual se origina.

Direito Eleitoral

Ricardo Torques

Questão 77.

Pedrinho do povo, após votações, foi eleito prefeito de seu município. Ocorre que, nove meses depois da eleição, a justiça eleitoral cassou o mandato de Pedrinho em razão da verificação da prática de abuso do poder econômico e, portanto, marcou novas eleições. Sheila, esposa de Pedrinho do povo, tomada pelo espírito de ajudar a população, então, habilitou-se para a nova disputa eleitoral. Diante do caso apresentado, considerando a legislação eleitoral e o entendimento dos Tribunais Superiores sobre a matéria, assinale a alternativa correta:

- A) Sheila é elegível para disputar o novo pleito, pois não há inelegibilidade em eleições suplementares.
- B) Sheila poderá disputar o novo pleito, caso comprove ter se divorciado de Pedrinho enquanto ainda era Prefeito.
- C) Sheila não poderá disputar o novo pleito, tendo em vista que as hipóteses de inelegibilidade são aplicáveis às eleições suplementares.
- D) Sheila poderá disputar o novo pleito se o vínculo com Pedrinho for o de união estável.

Questão 78.

Fábio, nascido em Portugal e filho de pais portugueses, mudou-se para o Brasil ao completar 25 anos, com a intenção de advogar no estado de São Paulo, local onde moram seus avós paternos. Após cumprir todos os requisitos exigidos e ser regularmente inscrito nos quadros da OAB local, Fábio permanece, por 13 (treze) anos ininterruptos, laborando e residindo em São Paulo. Com base na hipótese narrada, sobre os direitos políticos e de nacionalidade de Fábio, assinale a afirmativa correta.

- A) Fábio somente poderá se tornar cidadão brasileiro quando completar 15 (quinze) anos ininterruptos de residência na República Federativa do Brasil, devendo,

ainda, demonstrar que não sofreu qualquer condenação penal e requerer a nacionalidade brasileira.

B) Uma vez comprovada sua idoneidade moral, Fábio poderá, na forma da lei, adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado e, nessa condição, desde que preenchidos os demais pressupostos legais, candidatar-se ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo.

C) Fábio poderá se naturalizar brasileiro caso demonstre ser moralmente idôneo, mas não poderá alistar-se como eleitor ou exercer quaisquer dos direitos políticos elencados na Constituição da República Federativa do Brasil.

D) Fábio, por ser originário de país de língua portuguesa, adquirirá a qualidade de brasileiro nato ao demonstrar, na forma da lei, residência ininterrupta por 1 (um) ano em solo pátrio e idoneidade moral.

Direito Previdenciário

Rubens Maurício

Questão 79.

Rosenval ajuizou ação trabalhista contra a empresa em que laborava, como engenheiro de produção, pleiteando a conversão da justa causa em despedida imotivada e o pagamento de verbas trabalhistas. Por ocasião da sentença, houve a reversão da justa causa para despedida imotivada, além da condenação ao pagamento das parcelas salariais e indenizatórias. Com base no relato acima, considerando a Lei n.º 8.212/1991 e a Jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, haverá incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador na seguinte parcela:

- a) diárias para viagens;
- b) salário-maternidade;
- c) décimo terceiro salário;
- d) terço constitucional de férias indenizadas.

Questão 80.

Neymar, advogado com atuação em empresa multinacional sediada no Brasil, com contrato de emprego regular na referida empresa, filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, aposentou-se, voluntariamente, junto ao Instituto Nacional do Seguro



IV. Simulado OAB 1ª Fase – 02/07/2023

Social (INSS). Nessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) Neymar, após trabalhar 5 anos na condição de aposentado, poderá solicitar sua "desaposentação", para obter recálculo do seu benefício.
- b) Neymar, caso permaneça trabalhando como segurado empregado, será dispensado de sofrer retenção de contribuições previdenciárias, por já ser aposentado do RGPS.
- c) O vínculo de Neymar deve ser rompido com sua aposentadoria, haja vista a impossibilidade de segurado aposentado manter suas atividades.
- d) Neymar, caso permaneça exercendo suas atividades ou volte a exercer atividade abrangida pelo RGPS será considerado segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a lei 8.212/91, para fins de custeio da Seguridade Social.



CONHEÇA NOSSOS CURSOS!

Curso para a 1ª fase:
<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

ASSINE: Estratégia Questões:
<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
